



Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território

DESPACHO Nº 13/2022 CGN/DEPAM
Brasília, 18 de janeiro de 2022.

Processo nº 01425.000210/2018-15

À Sra. Érica Diogo,

Assunto: **Minuta de Portaria de Norma de Preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres**

Senhora coordenadora-geral,

1. Com o objetivo de facilitar a compreensão das mudanças realizadas na minuta de portaria após o acolhimento de todas as recomendações (itens 14 a 17) e de parte da sugestão (13) da Nota n. 10038/2021/PFIPHAN/PGF/AGU/GMAC (3209034) e do Despacho n. 10174/2021/PFIPHAN/PGF/AGU/GDMAG (3209035), e registrar em um único documento as justificativas correspondentes, reunimos neste novo despacho as informações já abordadas no Despacho 335 (3217076) e as alterações posteriores realizadas em decorrência da revisão formal e ortográfica da minuta.

2. Quanto à única sugestão da mencionada Nota, de item 13, foram alterados alguns artigos e outros não. Seguem as alterações e as justificativas:

Art. 26. Medidores de água e energia elétrica deverão ser locados no recuo, quando houver, ou embutidos no solo ou na fachada, visando o menor impacto possível.

Justificativa: Foi retirada a palavra “sempre” por não ser necessária. O comando obriga a instalação de medidores de água e energia elétrica no recuo da edificação, embutido no solo ou na fachada, devendo-se, em qualquer das hipóteses, produzir o menor impacto possível.

Art. 31. Constituirão critérios de intervenção nos imóveis classificados como NP1: (...) e) serão permitidas adequações da organização interna e nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança - optando-se, sempre que possível, pela solução de menor impacto; (...)

Art. 32. Constituirão critérios de intervenção nos imóveis classificados como NP2: (...) b) serão permitidas adequações nas fachadas das edificações para viabilizar a inserção de dispositivos impostos por determinação legal - salubridade, acessibilidade e segurança - optando-se, sempre que possível, pela solução de menor impacto;

Justificativa: Os dispositivos impostos por determinação legal, como salubridade, acessibilidade e segurança, nem sempre se adequam às edificações de valor cultural sem que se produzam impactos. É preciso haver uma compatibilização de exigências. Deve-se, contudo, ter em mente que a solução de menor impacto é o mais desejável do ponto de vista da preservação.

Art. 31. (...) g) serão permitidas soluções construtivas e uso de materiais que permitam melhorar as condições de conforto ou as ações de conservação e manutenção, optando-se pela solução de menor impacto possível. (...)

Art. 32. (...) m) será permitida a introdução de novos sistemas construtivos compatíveis com os históricos ou que permitam melhorar o seu desempenho estrutural e durabilidade, optando-se pela solução de menor impacto possível.

Justificativa: Contudo, nestes casos, não se trata de uma exigência legal a ser compatibilizada. Trata-se de uma permissividade, diante de um universo de soluções construtivas possíveis, relacionada à melhoria do conforto ou mesmo da própria ação de conservação. Assim, as alterações são permitidas desde que representem produzam o menor impacto possível.

3. Quanto às recomendações dos itens 14 e 15 da mencionada Nota:

Art. 14. Será vedada, na área de tombamento, a criação de novos lotes em espaços em que há bens de uso comum do povo, como ruas, praças, largos etc.

Art. 37. Será vedada, na área de entorno, a criação de novos lotes nos espaços públicos em que há bens de uso comum do povo, como ruas, praças, largos etc.

Justificativa: A vedação de lotes em espaços públicos, tanto na área tombada quanto na área de entorno, é exclusiva para as áreas de uso comum do povo, como ruas, praças e largos.

4. Quanto à recomendação do item 16 da mencionada Nota:

Art. 41. Serão permitidos toldos nos imóveis na área tombada e no entorno.

§ 1º Deverão ser seguidos os seguintes critérios exclusivos para os toldos nos imóveis da área tombada:

I - serão permitidos toldos de apenas uma cor na mesma edificação de largura limitada pelo tamanho de cada vão, altura mínima de passagem de pedestre de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) do nível do passeio e profundidade de 90cm (noventa centímetros), desde que não exceda a largura da calçada;

II - os toldos deverão ter formas de padrão retilíneo e inclinado, sendo vedados os formatos arredondados; e

III - será vedada a publicidade em toldos.

§ 2º Nas edificações voltadas para a Praça Barão de Rio Branco não classificadas como NP1 nem NP2, serão permitidos toldos ao longo de toda a fachada frontal, desde que retos,

retráteis, de coloração neutra ou a mesma da fachada, ou com pequena variação de tom em relação a ela.

Justificativa: Foi alterada a redação do Artigo 41 para deixar claro que são permitidos quaisquer toldos na área de entorno.

5. Quanto à recomendação do item 17 da mencionada Nota:

Art. 43. São situações que requererão consulta e autorização da Superintendência do IPHAN no Mato Grosso na área de entorno:

I - intervenções nos espaços públicos;

II - intervenções na volumetria dos imóveis e nos seus recuos frontais;

III - instalação de equipamentos publicitários; e

IV - alterações nos parâmetros de proteção municipal ou estadual da Ilha Castrillon.

Justificativa: Foram incluídas situações previstas em outros artigos da portaria, como equipamentos publicitários e deixado mais claro que quaisquer alterações de volumetria devem passar pelo Iphan.

6. Além destes, percebeu-se a necessidade de realocar o Artigo 15, referente à instalação de equipamentos publicitários nos espaços públicos da área tombada, para o Artigo 40, que abarca todos os critérios para equipamentos publicitários, tanto para área tombada quanto para o entorno, passando a receber o número VIII e aplicando-se às duas áreas protegidas.

Art. 40. A instalação de equipamentos publicitários nos imóveis localizados na área tombada e no entorno obedecerá aos seguintes critérios:

VIII - será permitida, desde que em caráter temporário, a instalação de equipamentos publicitários no espaço público de uso comum promovida apenas por órgãos públicos em função da necessidade de dar publicidade a informações de interesse público como, por exemplo, de segurança pública, mobilidade, saúde.

Parágrafo único. Os equipamentos publicitários não deverão obstruir a leitura dos elementos valorados no conjunto, sobretudo das edificações classificadas como NP1 e NP2.

7. Por fim, detectou-se um equívoco no link do Artigo 47 que direciona às poligonais de tombamento e de entorno do bem no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG, que foi corrigido.

8. A minuta passou ainda, em sua integralidade, por uma revisão ortográfica e formal, e os artigos foram devidamente renumerados para a correção da sequência.

9. Atendidas, portanto, as condicionantes elencadas pela análise jurídica, encaminhamos a minuta (3255137) e seus respectivos anexos para publicação.

Atenciosamente,

Ana Clara Gianecchini
Arquiteta e Urbanista

SIAPE [1820359](#)

Felipe Monteiro dos Santos

Analista I

SIAPE 1053200



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Monteiro dos Santos, Analista I**, em 19/01/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Giannecchini, Arquiteta**, em 19/01/2022, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3255151** e o código CRC **6F4CDA45**.

Referência: Processo nº 01425.000210/2018-15

SEI nº 3255151